



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DO BOM JESUS
ADMINISTRAÇÃO 2017 – 2020

PROCESSO Nº. 222/2018

TOMADA DE PREÇOS Nº. 001/2018

1 - PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE CÓRREGO DO BOM JESUS/MG realizará procedimento de licitação nº. 222/2018, modalidade, Tomada de Preços nº. 001/2018, tipo EMPREITADA GLOBAL COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS, nos termos do art. 22, II e art. 23, I, alínea “b” da Lei 8666/93 e à Lei Complementar nº 123, de 2006 e de acordo com as condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e seus anexos. Os envelopes contendo a proposta comercial e documentações de habilitação serão recebidos em sessão pública às **09h00min do dia 21/09/2018**, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal, situada na Rua Doze de Dezembro, nº 347, Centro – CÓRREGO DO BOM JESUS/MG – CEP: 37.605-000, oportunidade em que serão examinados. A Licitação será Presidida pela Sra. Taís de Fátima Pereira, designado pela portaria nº 006/2018. ESCLARECIMENTOS: (35) 3432 - 1122.

ANEXOS A ESTE EDITAL:

ANEXO I - Ciência do inteiro teor do edital;
ANEXO II - Procuração para credenciamento;
ANEXO III - Declarações;
ANEXO IV - Declaração de que dispensa o prazo recursal;
ANEXO V - Minuta de contrato.
ANEXO VI – Memorial Descritivo.
ANEXO VII - Projeto básico.
ANEXO VIII - Planilha orçamentária elaborada pelo órgão
ANEXO IX - Cronograma físico-financeiro
ANEXO X - Modelo de declaração de vistoria
ANEXO XI – Proposta Comercial

2. DO OBJETO DA LICITAÇÃO:

2.1. É objeto do presente edital tem por finalidade a execução de obra de engenharia de pavimentação em bloquete em trechos das estradas vicinais que ligam a sede do município aos Bairros Rurais Vargem da Penha e Campos do Raposo. CÓRREGO DO BOM JESUS/MG, Convênio nº 1491000259/2017 com a Secretaria de Estado de Minas Gerais – SEGOV – MG.

As especificações dos serviços, memorial descritivo, memorial de cálculo de quantitativos, cronograma físico/financeiro e projetos estão em anexos a este Edital.

2.2. O proponente deverá dispor de mão de obra qualificada e suficiente para a execução dos serviços objeto do presente edital. Possuir equipamentos e ferramentas necessários para a realização dos serviços, sem que coloque em risco a segurança dos funcionários e da população de modo geral.

2.3 No valor estão incluídas todas as despesas necessárias para a execução do objeto deste Contrato, incluindo, despesas com transporte, encargos de natureza trabalhista, previdenciária, social, tributária e outras, bem como impostos, taxas, tributos incidentes ou que venham a incidir sobre a totalidade dos serviços deste Contrato, estando incluso também os gastos com o motorista, combustível e a manutenção de veículos/equipamentos necessários para a execução dos serviços.

2.4 Os Licitantes deverão obrigatoriamente, obedecer aos seguintes requisitos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DO BOM JESUS

ADMINISTRAÇÃO 2017 – 2020

- a) O proponente deverá estar cadastrado como fornecedor junto ao Departamento de Cadastro desta Prefeitura até o terceiro dia útil anterior ao dia da abertura das propostas, devendo apresentar os documentos em fotocópia autenticada ou acompanhada do original para autenticação;
- b) As Notas Fiscais deverão ser emitidas eletronicamente;
- c) As empresas proponentes deverão dar garantia mínima da obra de 36 (trinta e seis) meses;
- d) Possuir Conta Corrente em agência bancária, em razão de que os pagamentos serão efetuados mediante transferência bancária.

3. TIPO DA LICITAÇÃO:

- 3.1. Esta LICITAÇÃO é do tipo **menor preço global**.
- 3.2. Os preços deverão estar expressos numericamente e por extenso no seu valor global.
- 3.3. O preço deve ser o da data prevista para recebimento das propostas.
- 3.4. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas (obras), até o limite de 25% (vinte e cinco por cento).
- 3.4.1 – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no parágrafo anterior.
- 3.5. O preço máximo admitido para esta licitação é de R\$ 252.621,00 (Duzentos e cinquenta e dois mil seiscientos e vinte e um reais).

4. LEGISLAÇÃO:

- 4.1. A LICITAÇÃO será disciplinada por este EDITAL e seus elementos integrantes, pela Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações e suas alterações e Lei Complementar nº123/2006.

5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

- 5.1. As despesas decorrentes da presente LICITAÇÃO onerarão os recursos orçamentários do Município de Córrego do Bom Jesus, sob o código de despesa:

02 07 15 451 0006 1.009 4490 51 – 0170

02 07 15 451 0006 1.009 4490 51 – 0265

6. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

- 6.1. O proponente deverá estar cadastrado junto ao Departamento de Cadastro desta Prefeitura até o terceiro dia útil anterior ao dia da abertura das propostas, contendo os documentos exigidos na Lei 8.666/93 em fotocópia autenticada ou acompanhada do original.
- 6.1.1. Poderão participar desta LICITAÇÃO os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos.
- 6.2. Não será admitida nesta licitação a participação de pessoas jurídicas:
- 6.2.1. Com falência, recuperação judicial, concordata ou insolvência, judicialmente decretadas, ou em processo de recuperação extrajudicial;
- 6.2.2. Em dissolução ou em liquidação;
- 6.2.3. Que estejam suspensas de licitar e impedidas de contratar com o órgão licitante;
- 6.2.4. Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- 6.2.5. Que estejam reunidas em consórcio;
- 6.2.6. Que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DO BOM JESUS
ADMINISTRAÇÃO 2017 – 2020

6.2.7. Estrangeiras que não funcionem no País;

6.2.8. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.

6.4. Serão julgados habilitados para a presente licitação, os interessados que apresentarem, em envelope fechado e indevassável, com o prazo de validade em vigor, os seguintes documentos:

6.4.1 – Declaração da licitante de que tomou conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações do objeto deste certame.

A não apresentação desta será entendida pelo Presidente da Comissão de Licitação como concordância com o teor do EDITAL;

Que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, ou seja, de que a proponente não tem, em seu quadro funcional, menor de 18 (dezoito) anos cumprindo trabalho noturno, perigoso, ou insalubre, e menor de 16 (dezesesseis) anos desempenhando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos;

Que assegura a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração; (ANEXO III)

As proponentes deverão apresentar as DECLARAÇÕES, em papel timbrado, assinadas pelo representante legal da empresa.

6.4.2 - Os demais documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada por meio de cartório competente ou publicação em órgão da imprensa oficial ou, ainda, por cópias simples, desde que acompanhadas dos originais para conferência por parte da Comissão Permanente de Licitações.

6.4.3. Da Habilitação Jurídica:

6.4.3.1. As microempresas e empresas de pequeno porte, para a comprovação desta qualidade, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

6.4.3.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, as micro empresas e empresas de pequeno porte terão o prazo de 2 (dois) dias, prorrogável por igual período, contado a partir do momento em que declaradas vencedoras do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.4.3.3. Serão exigidos:

a) Cópia da Cédula de Identidade dos Sócios Proprietários da licitante;

b) Registro comercial, no caso de empresa individual;

c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, onde se possa identificar o administrador, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;

d) Comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da composição da diretoria em exercício;

e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DO BOM JESUS
ADMINISTRAÇÃO 2017 – 2020

6.4.4 – Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- 6.4.4.1 – Certidão Negativa de Débitos junto a Fazenda Municipal domicílio ou sede da licitante;
- 6.4.4.2 – Certidão Negativa de Débitos junto a Fazenda Estadual domicílio ou sede da licitante;
- 6.4.4.3 - Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos à Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- 6.4.4.4 - Comprovante de inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica CNPJ;
- 6.4.4.5 – Certidão Negativa de Débito junto à Seguridade Social CND– INSS;
- 6.4.4.6 - Certificado de regularidade do FGTS – CRF;
- 6.4.4.7 - CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), de acordo com a Lei Federal 12.440/2011.

6.4.3 – Da Qualificação Econômico-financeira

6.4.3.1 – Certidão Negativa de Falência e de Recuperação judicial e extrajudicial (falência e concordata), expedida pelo cartório distribuidor da comarca da sede da pessoa jurídica ou de execução de pessoa física, a no máximo 30 (trinta) dias da data prevista para entrega dos envelopes, de acordo com o Inciso II do art. 31 da Lei 8.666/93.

6.4.3.2 – Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrado na Junta Comercial, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

6.4.3.2.1 - Comprovação de que a licitante está em boa situação financeira, através da apresentação dos seguintes índices:

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE (ILC) IGUAL OU SUPERIOR A 1,0 (UM) OBTIDO PELA FÓRMULA:

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL (ILG) IGUAL OU SUPERIOR A 1,0 (UM) OBTIDO PELA FÓRMULA:

$$ILG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$

ONDE:

AC= ATIVO CIRCULANTE

PC= PASSIVO CIRCULANTE

RLP= REALIZÁVEL À LONGO PRAZO

ELP= EXIGÍVEL À LONGO PRAZO

PC= PASSIVO CIRCULANTE

ELP= EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

AT= ATIVO TOTAL

6.4.3.2.2. As empresas Licitantes deverão apresentar memorial de cálculo dos índices utilizados;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DO BOM JESUS
ADMINISTRAÇÃO 2017 – 2020

6.4.3.2.3. As empresas de Sociedade Anônima (S/A) deverão apresentar a publicação do balanço em diário oficial, enquanto que as Sociedades por Quotas Limitadas (LTDA) deverão apresentar cópia do balanço extraído do livro diário devidamente registrado na Junta Comercial.

6.4.3.2.4. Caso a empresa possua menos de 01 (um) ano de constituição, deverá apresentar o Balanço de Abertura devidamente registrado na Junta Comercial, e demonstrar a boa situação financeira da empresa através do memorial de calculo exigido no item **6.4.3.2.1;**

6.4.3.2.5. Caso a situação financeira da empresa tenha se modificado no curso do presente ano, será admitido a apresentação de Balanço Intermediário, devidamente registrado na Junta Comercial, comprovando a atual situação financeira da empresa e o atendimento aos índices especificados acima, juntamente com o balanço anual.

6.4.3.2.6. As empresas optantes pelo Simples e pelo Lucro Presumido, também estão obrigadas a apresentação do Balanço conforme exigido no item anterior.

6.4.4 - Documentação Relativa à Qualificação Técnica (Apresentar TODOS OS DOCUMENTOS ABAIXO):

6.4.4.1 - Comprovante de Registro no CREA e Certidão Negativa de Débitos junto ao CREA.

6.4.4.2 - O licitante deverá apresentar 01(um) Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da licitante, comprovando ter prestado, a contento, serviços similares ao objeto da presente licitação.

6.4.4.3 - Termo de Vistoria, fornecido pela administração, comprovando que o interessado realizou a visita técnica, tomando conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

6.4.4.3.1 - A finalidade da visita é o conhecimento das áreas envolvidas e suas estruturas, necessárias para realizar dos serviços bem como demais esclarecimentos que a licitante julgar necessários para a futura execução do objeto.

6.4.4.3.2 - As visitas técnicas deverão acontecer até o dia **18 de setembro de 2018**, devendo o horário ser agendado por telefone (35) 3432 - 1122 com a Secretaria de Obras até o dia **17 de setembro de 2018**. A visita ocorrerá entre 08h00min 11h00min e 14h00min às 16h00min. Após a realização da visita, será fornecido ao licitante o Termo de Vistoria.

6.4.4.3.3 - Para fins de visita técnica os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente do licitante, na data prevista para realização da visita, entendendo-se como tal, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação futura, caso o licitante se sagra vencedor do certame.

6.4.4.3.3 - É obrigatória a VISITA TÉCNICA do licitante aos locais dos serviços, ocasião em que será fornecido aos interessados o Termo de Vistoria, documento indispensável a ser apresentado no envelope “Documentação de Habilitação”.

6.4.4.3.4 - Alegações posteriores relacionadas com o desconhecimento do objeto licitado não serão consideradas para reclamações futuras, ou de forma a desobrigar a sua execução.

6.4.5 - Disposições Gerais da Habilitação

6.4.5.1 - Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos neste Edital e seus Anexos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DO BOM JESUS
ADMINISTRAÇÃO 2017 – 2020

6.4.5.2 - Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o Presidente da Comissão de Licitação considerará o proponente inabilitado.

6.4.5.3 - Documentos apresentados com a validade expirada acarretarão a inabilitação do proponente. Os documentos fiscais que não possuírem prazo de validade somente serão aceitos com data não excedente a 03 (três) meses de antecedência da data prevista para apresentação das propostas.

6.4.5.4 – Toda a documentação apresentada pelos interessados, para fins de habilitação, deverá pertencer à empresa (filial ou matriz) que efetivamente prestará o serviço, objeto da licitação, ou seja, o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) deverá ser o mesmo em todos os documentos, com as seguintes exceções:

6.4.5.4.1 - Quando a licitante apresentar-se como filial, poderá ser apresentado com o CNPJ da Matriz, a CND relativa ao INSS, desde que o interessado comprove que o recolhimento do INSS é realizado de forma centralizada, onde é feito o recolhimento centralizado.

6.4.5.4.2 - Para este processo, as empresas participantes que se enquadrem na Lei Complementar 123/2006, poderão solicitar os benefícios nela previstos.

6.4.5.4.3 - Declaração da licitante de que tomou conhecimento de todas informações e condições para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação. A não apresentação desta declaração será entendida pela Comissão de Licitação como concordância com o teor do EDITAL (ANEXO I).

6.4.5.4.4 - Não será aceito protocolo de entrega ou solicitação de substituição de documento àquele exigido no presente EDITAL e seus ANEXOS.

6.5. Será considerado inabilitado o licitante que:

6.5.1. Descumprir qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

6.5.2.. Não apresentar os documentos exigidos neste Edital no prazo de validade e/ou devidamente atualizados, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

6.5.3 Incluir a proposta de preços no Envelope (A).

6.6. A intimação dos atos de habilitação ou inabilitação dos licitantes será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

6.7 DA CAUÇÃO

6.7.1. A garantia à execução desta licitação será de 5% do valor do Contrato e poderá ser prestada em qualquer das modalidades previstas no § 1º, art. 56 da Lei 8.666/93.

6.7.2. Homologada a licitação, a empresa a qual couber a adjudicação da obra licitada, será convocada para, no prazo máximo de 24 horas, prestar garantia à execução e firmar o Contrato específico.

6.7.3. À recusa de prestar garantia à execução ou de assinar o Contrato, implicará na automática suspensão do seu direito de licitar com o Município de Córrego do Bom Jesus pelo prazo de 01 ano.

6.7.4. A garantia prestada responderá pelas multas aplicadas à Contratada, podendo ser retida para satisfação de perdas e danos resultantes de inadimplemento ou de ação ou emissão, dolosa ou culposa, da Contratada no curso da vigência do Contrato.

6.7.5. Não ocorrendo o disposto no item anterior, a garantia será liberada ou substituída após a execução do Contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DO BOM JESUS
ADMINISTRAÇÃO 2017 – 2020

7 – DO CONTRATO

7.1 – O contrato a ser firmado com a licitante adjudicatária incluirá as condições estabelecidas neste instrumento convocatório e seus anexos, e outras necessárias a fiel execução do objeto desta licitação, observando os termos da Lei nº8.666/93.

7.2 - O adjudicatário deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação para assinar o contrato.

7.3 – Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato da assinatura do contrato, ou recuse-se a assiná-lo, será desclassificado.

7.4 – O representante legal da empresa deverá assinar o contrato, quando convocado, sob penas das sanções legais previstas neste edital, na Lei 8.666/93.

7.5 – O contrato celebrado não poderá ser objeto de sessão, transferência ou subcontratação sem autorização do contratante por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão.

7.6 – O contrato deverá ter vigência de até 05 (cinco) meses a partir da data de sua assinatura, sem prejuízo dos acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento) ou supressões previstos nos §§ 1º e 2º do artigo 65 da Lei Federal 8.666/93, quando justificável a necessidade, nos termos da Lei.

7.7- Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a assinatura do contrato, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

7.8- Constituem Obrigações da CONTRATADA:

7.8.1 - Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações expressamente previstas neste Instrumento e de outras decorrentes da natureza dos serviços a serem prestados;

7.8.2 - Manter, durante a execução deste Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação com o Serviço Público, de conformidade com a Lei Federal nº8666/93;

7.8.3- Assumir todas as despesas e encargos de qualquer natureza com o pessoal necessário ao atendimento do objeto do presente Instrumento, inclusive assumindo a responsabilidade pelo atendimento de encargos de natureza trabalhista, previdenciária, tributária, comercial e, inclusive, de acidente de trabalho relativo à mão de obra utilizada;

7.8.4- Zelar e garantir a boa qualidade do fornecimento, em consonância com os parâmetros de qualidade fixados e exigidos pelas normas técnicas pertinentes, expedidas pelo Poder Público;

7.8.5- Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier causar à CONTRATANTE ou terceiros, tendo como agente a CONTRATADA, na pessoa de prepostos ou estranhos;

7.8.6- Tomar todas as providências e assumir as obrigações estabelecidas na legislação específica de Segurança e Medicina do Trabalho, quando da ocorrência de ato infortuito, forem vítimas os seus empregados no desempenho do serviço.

7.8.7- Responsabilizar-se por todos os tributos, taxas e impostos devidos em decorrência da prestação dos serviços contratados;

7.8.8- Não sub-contratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, as responsabilidades advindas deste Contrato. A fusão, cisão ou incorporação só serão admitidas com consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE, desde que não afetem a boa execução do presente Instrumento;

7.8.9- Garantir a boa qualidade dos produtos, respondendo por qualquer falha, procedendo à regularização sempre que necessária.

7.9 - Constituem Obrigações do CONTRATANTE:

7.9.1 - Efetuar o pagamento em conformidade com os critérios definidos neste edital;

7.9.2 - Notificar a CONTRATADA, fixando prazo para correção das irregularidades ou defeitos encontrados;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DO BOM JESUS
ADMINISTRAÇÃO 2017 – 2020

7.9.3 - Dar aceite na Nota Fiscal de fornecimento.

8. CONSULTA, DIVULGAÇÃO E ENTREGA DO EDITAL:

8.1. O EDITAL poderá ser consultado por qualquer interessado no Município de Córrego do Bom Jesus, à Rua Doze de Dezembro, 347 - centro, durante o expediente normal do órgão licitante, no seguinte horário: das 08h00min às 11h00min e da 13h30min às 16h00min.

8.2. O aviso do EDITAL será publicado no Diário Oficial do Estado, Jornal de Circulação Regional, Site da Prefeitura e Mural de entrada de Prefeitura Municipal de Córrego do Bom Jesus.

8.3. O Edital será entregue a qualquer interessado no horário e local especificado no subitem 8.1.

9. ESCLARECIMENTOS AO EDITAL:

9.1. É facultado, a qualquer interessado, a apresentação de pedido de esclarecimentos sobre o ato convocatório da licitação e seus anexos, podendo até mesmo envolver a solicitação de cópias da legislação disciplinadora do procedimento, cujo custo da reprodução gráfica será cobrado, observado, para tanto, o prazo de até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas.

9.1.1. A pretensão referida no subitem 9.1. pode ser formalizada por meio de requerimento endereçado à autoridade subscritora do EDITAL, devidamente protocolada no endereço e horário constantes no item 8.1. deste Edital.

9.1.2. As dúvidas a serem esclarecidas por telefone serão somente aquelas de caráter estritamente informal.

9.1.3. Os esclarecimentos deverão ser prestados no prazo de 01 (um) dia útil, a contar do recebimento da solicitação por parte da autoridade subscritora do Edital, passando a integrar os autos da LICITAÇÃO, dando-se ciência às demais proponentes via e-mail.

10. PROVIDÊNCIAS / IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:

10.1. É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de providências ou de impugnação ao ato convocatório da LICITAÇÃO e seus anexos, observado, para tanto, o prazo de até 05 (cinco) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas.

10.1.1. As medidas referidas no subitem 9.1. poderão ser formalizadas por meio de requerimento endereçado à autoridade subscritora do EDITAL, devidamente protocolado no endereço e horário constantes deste Edital

10.1.2. A decisão sobre o pedido de providências ou de impugnação será proferida pela autoridade subscritora do ato convocatório do pregão no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do recebimento da peça indicada por parte da autoridade referida, que, além de comportar divulgação, deverá também ser juntada aos autos da LICITAÇÃO.

10.1.3. O acolhimento do pedido de providências ou de impugnação exige, desde que implique em modificação(ões) do ato convocatório da LICITAÇÃO, além da(s) alteração(ões) decorrente(s), divulgação pela mesma forma que se deu o texto original e designação de nova data para a realização do certame.

11. CREDENCIAMENTO:

11.1. O credenciamento deverá ser feito até o **dia 21/09/2018 às 09h00min.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DO BOM JESUS
ADMINISTRAÇÃO 2017 – 2020

11.2. Aberta a fase para CREDENCIAMENTO dos eventuais participantes da LICITAÇÃO, consoante previsão estabelecida neste EDITAL, o representante da proponente entregará à Comissão de Licitação documento que o credencie para participar do aludido procedimento, respondendo por sua representada e representando-a, devendo, ainda, identificar-se e exibir a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente, com fotografia.

11.3. O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com firma reconhecida em cartório, sempre acompanhado do contrato social ou outro instrumento constitutivo da eventual proponente, diretamente vinculado à correspondente natureza jurídica, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas / fases da LICITAÇÃO, apresentar os envelopes DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (A) e PROPOSTA DE PREÇOS (B), desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final de cada fase, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final de cada fase, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Comissão de Licitação, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, ficando facultada a adoção do modelo contido no ANEXO II.

11.3.1. Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, impõe-se a comprovação da capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário, o que pode ser levado a efeito por meio do(s) documento(s) exigido(s) no subitem 11.2. ou qualquer outro que comprove os poderes do mandante para a outorga, com firma reconhecida em cartório.

11.4. É admitido somente um representante por proponente.

11.5. A ausência da documentação referida ou a apresentação em desconformidade com as exigências previstas no EDITAL impossibilitará a participação da proponente nesta licitação.

11.6. Desenvolvido o CREDENCIAMENTO das proponentes que comparecerem, a Comissão de Licitação declarará encerrada esta etapa/fase.

11.7. Se a licitante pretender credenciar como M.E ou E.P.P deverá apresentar a “Certidão Simplificada de Enquadramento Emitida pela Junta Comercial”, se microempresa ou empresa de pequeno porte, sob pena de não poder usufruir dos benefícios do art. 44, §§ 1º e 2º; art. 45, incisos I a III e §§ 1º, 2º e 3º, da Lei Complementar 123/2006, datada dos últimos 90 (noventa) dias da abertura do certame.

12. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (A) e PROPOSTA DE PREÇOS (B):

12.1. Os ENVELOPES DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (A) e PROPOSTA DE PREÇOS (B) deverão ser apresentados, separadamente, em 02 (dois) envelopes distintos, fechados e indevassáveis, contendo cada um deles, em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

ENVELOPE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (A)

MUNICÍPIO DE CÓRREGO DO BOM JESUS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO nº. 222/2018
TOMADA DE PREÇOS nº. 001/2018

LICITANTE: _____ CNPJ _____

ABERTURA DIA: 21/09/2018 - HORAS: 09h00min



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DO BOM JESUS

ADMINISTRAÇÃO 2017 – 2020

ENVELOPE PROPOSTA DE PREÇOS (B)

MUNICÍPIO DE CÓRREGO DO BOM JESUS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO nº. 222/2018

TOMADA DE PREÇOS nº. 001/2018

LICITANTE: _____ CNPJ: _____

ABERTURA: DIA: 21/09/2018 - HORAS: 09h00min

13. RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (A) E PROPOSTA DE PREÇOS (B):

13.1. A etapa/fase para recebimento DOS ENVELOPES DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (A) e PROPOSTA DE PREÇOS (B) será levada a efeito tão logo se encerre a fase de CREDENCIAMENTO.

13.1.1. A DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO não deve integrar os ENVELOPES DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (A) e PROPOSTA DE PREÇOS (B), constituindo-se em DOCUMENTO a ser fornecido separadamente, ficando facultada a utilização do modelo constante do ANEXO IV.

14. ABERTURA DOS ENVELOPES:

14.1. Compete à Comissão de Licitação proceder à abertura dos ENVELOPES de DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (A) e PROPOSTA DE PREÇOS (B).

14.2. No dia, hora e local designados neste Edital, em ato público, na presença dos licitantes, a Comissão Permanente de Licitação receberá os Envelopes nº. 01 e nº. 02, bem como as declarações complementares, e procederá à abertura da licitação.

14.3. Os atos públicos poderão ser assistidos por qualquer pessoa, mas somente deles participarão ativamente os licitantes ou representantes credenciados, não sendo permitida a intercomunicação entre eles, nem atitudes desrespeitosas ou que causem tumultos e perturbem o bom andamento dos trabalhos.

14.4 Depois de ultrapassado o horário para recebimento dos envelopes, nenhum outro será recebido, nem tampouco serão permitidos quaisquer adendos ou esclarecimentos relativos à documentação ou proposta de preços apresentadas.

14.5 A seguir, serão identificados os licitantes e proceder-se-á à abertura dos Envelopes nº 01 - Documentos de Habilitação.

14.6. O conteúdo dos envelopes será rubricado pelos membros da Comissão e pelos licitantes presentes ou por seus representantes.

14.7. Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (A) poderão ser apresentados em original, por cópias simples, cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração, ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial, e inclusive expedidos via Internet, preferencialmente encadernados ou preparados em pasta, para que não existam documentos soltos.

14.7.1. A aceitação de documentação por cópia simples ficará condicionada à apresentação do original à Comissão de Licitação por ocasião da abertura do ENVELOPE (A), para a devida autenticação.

14.7.1.1. Para fim da previsão contida no subitem 12.1.1., o documento original a ser apresentado não deve integrar o ENVELOPE.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DO BOM JESUS
ADMINISTRAÇÃO 2017 – 2020

14.7.1.2. Os documentos expedidos via *Internet* e, inclusive, aqueles outros apresentados terão, sempre que necessário, suas autenticidades/ validades comprovadas por parte da Comissão de Licitação.

14.7.1.3. A Comissão de Licitação não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação.

14.8. Inexistindo prazo de validade nas Certidões, serão aceitas aquelas cujas expedições / emissões não ultrapassem a 90 (noventa) dias da data final para a entrega dos envelopes.

14.9. Na hipótese dos documentos exigidos consignarem a existência de qualquer débito, o proponente deverá apresentar comprovante(s) de ato(s) que suspenda(m) sua(s) exequibilidade(s).

14.10. Havendo A DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO contra a decisão da CPL que habilite ou inabilite qualquer licitante, poderão ser abertos os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (B), imediatamente.

14.11. Não ocorrendo inabilitação, a documentação de habilitação dos licitantes então será verificada, conforme item próprio deste Edital.

14.12. Na hipótese acima, todos os documentos de habilitação já rubricados e os Envelopes nº 02 - Proposta de Preços, rubricados externamente por todos os licitantes e pelos membros da Comissão, permanecerão em poder desta, até que seja concluída a fase de habilitação.

14.13. Ao licitante inabilitado será devolvido o respectivo Envelope nº 02, sem ser aberto, depois de transcorrido o prazo legal sem interposição de recurso ou de sua desistência, ou da decisão desfavorável do recurso.

14.14. Após o procedimento de verificação da documentação de habilitação, os Envelopes nº 02 - Proposta de Preços dos licitantes habilitados serão abertos, na mesma sessão, desde que todos os licitantes tenham desistido expressamente do direito de recorrer, ou em ato público especificamente marcado para este fim, após o regular decurso da fase recursal.

14.15. Não ocorrendo a desistência expressa de todos os licitantes, quanto ao direito de recorrer, os Envelopes nº 02 - Proposta de Preços serão rubricados pelos licitantes presentes ao ato e mantidos invioláveis até a posterior abertura.

14.16. Ultrapassada a fase de habilitação e abertas as propostas, não cabe desclassificar o licitante por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

14.17. As propostas de preços dos licitantes habilitados serão então julgadas, conforme item próprio deste Edital.

14.20. Se todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão Permanente de Licitação poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou proposta, escoimadas das causas que as inabilitaram ou desclassificaram.

14.21. Em todos os atos públicos, serão lavradas atas circunstanciadas, assinadas pelos membros da Comissão e pelos representantes credenciados e licitantes presentes.

15. CONTEÚDO DA PROPOSTA DE PREÇOS (B):

15.1. A PROPOSTA DE PREÇOS deverá:

- a) apresentar o número do Processo e número desta LICITAÇÃO;
- b) apresentar a razão social da proponente, CNPJ, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato;
- c) apresentar a descrição detalhada do objeto da LICITAÇÃO, com a indicação da procedência e do código alfandegário, quando se tratar de produto importado, catálogo, se houver, principais características (cor, marca, medidas, modelo, peso, tipo etc.), e, se couber, forma de



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DO BOM JESUS

ADMINISTRAÇÃO 2017 – 2020

acondicionamento, em conformidade com as especificações contidas nos Anexos VII e XI; a descrição referida deve ser firme e precisa, sem alternativa de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

d) Cronograma físico-financeiro, conforme modelo Anexo ao Edital. O cronograma físico-financeiro proposto pelo licitante deverá observar o cronograma de desembolso máximo por período constante do Projeto Básico, bem como indicar os serviços pertencentes ao caminho crítico da obra.

e) Anexo à PROPOSTA COMERCIAL a empresa licitante deverá apresentar também a Planilha Demonstrativa de Composição de Custos Unitários – Composição Analítica, lista de insumos e Curva ABC classificando os itens de maior relevância, relevância intermediária e menor relevância financeira. Detalhamento da mão-de-obra, de BDI, das Leis Sociais e dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais, em conformidade total com a Planilha de Serviços e Preço Unitário e Total e o Memorial Descritivo para a análise técnica a ser realizado pelo Departamento Técnico do município, visando à viabilidade de execução do objeto licitado, sob pena de desclassificação.

f) apresentar prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data da apresentação.

g) apresentar preço unitário e global, expresso em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, fixo e irrevogável, apurado à data da apresentação da proposta, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária, nos termos da planilha de preços, em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros.

h) especificar o prazo de garantia.

i) prazo e local de entrega (se for o caso).

15.2. A proposta deverá satisfazer em forma e conteúdo as exigências deste Edital, especialmente o seguinte:

15.2.1. Data.

15.2.2. Assinatura.

15.3 – DAS DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES:

15.3.1. As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, e no Decreto nº 6.204, de 2007, deverão apresentar a respectiva declaração, conforme modelo anexo ao Edital, separadamente dos Envelopes de nº 01 e de nº 02.

15.3.2 A licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrar em qualquer das vedações do artigo 3º, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá usufruir do tratamento diferenciado previsto em tal diploma e, portanto, não deverá apresentar a respectiva declaração.

15.4. Nenhuma vantagem será aceita de forma a alterar as normas fixas deste Edital.

15.5. A PROPOSTA DE PREÇOS (B) e os documentos referentes deverão ser apresentados em 01 (uma) via, redigida com clareza, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, “sem rasuras” ou entrelinhas que prejudiquem sua análise, preferencialmente encadernadas ou preparadas em pasta, para que não existam folhas soltas, numeradas, devidamente fechada, datada e assinada na última folha e rubricada nas demais pelo representante legal ou pelo Procurador, juntando-se a Procuração.

15.5.1. A proponente somente poderá apresentar uma única PROPOSTA DE PREÇOS.

15.6. Não terão validade, mesmo que dentro do prazo, as propostas recebidas via *fax-símile*.

15.7. Nos preços cotados deverão estar incluídos todos os insumos que os compõem, tais como despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto;

15.8 Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DO BOM JESUS
ADMINISTRAÇÃO 2017 – 2020

15.8.1. Não se admitirá, na proposta de preços, custos identificados mediante o uso da expressão “verba” ou de unidades genéricas.

15.9. Benefícios e Despesas Indiretas - BDI, detalhando todos os seus componentes, inclusive em forma percentual, conforme tabela SETOP.

15.10. Os custos relativos a administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária;

15.11. Quanto aos custos indiretos incidentes sobre as parcelas relativas ao fornecimento de materiais e equipamentos, o licitante deverá apresentar um percentual reduzido de BDI, compatível com a natureza do objeto, conforme modelo anexo ao Edital;

15.12. As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária;

15.13. Os tributos considerados de natureza direta e personalista, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, não deverão ser incluídos no BDI.

16. DO REAJUSTE:

16.1 – Os preços são irreeajustáveis.

16.2 – A proponente contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, que poderão ultrapassar o limite indicado.

17. DA FORMA DE PAGAMENTO:

17.1. Será realizado o pagamento por medição mensal, no último dia útil de cada mês e o pagamento será feito em até 30 (trinta) dias após entrega da documentação fiscal no órgão competente do Município de Córrego do Bom Jesus, com aprovação da Administração.

18. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO:

18.1 – As propostas que não estiverem em consonância com as exigências deste Edital, serão desclassificadas, bem como aquelas que tenham cotado preços excessivos ou manifestamente inexequíveis.

18.2 – Será considerada vencedora a proponente que oferecer a proposta mais vantajosa para o Município, de acordo com a legislação específica, especialmente a Lei nº 8.666/93, art. 45, § 1º, inciso I.

18.3 – Para escolha da proposta mais vantajosa será considerada aquela que, atendendo as exigências deste Edital, ofertar o menor preço global.

18.4 – Após oferecido o § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666/93, em caso de empate entre duas ou mais propostas, o critério de desempate será o sorteio, em ato público.

18.5 – Quando todas as propostas tiverem sido desclassificadas, a Administração fixará aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de outras propostas, que o incorram nas mesmas falhas que as desclassificaram.

18.6. Será desclassificada a proposta que:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DO BOM JESUS
ADMINISTRAÇÃO 2017 – 2020

- 18.6.1. Contiver vícios ou ilegalidades, for omissa ou apresentar irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;
- 18.6.2. Estiver em desacordo com qualquer das exigências do presente Edital;
- 18.6.3. Não apresentar as especificações técnicas exigidas pelo Projeto Básico;
- 18.6.4. Contiver oferta de vantagem não prevista no Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, ou apresentar preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes;
- 18.6.5. Apresentar preços unitários ou preço global superiores àqueles constantes da Planilha Orçamentária elaborada pelo órgão, ressalvadas as hipóteses admitidas no subitem abaixo;
- 18.6.6. Apresentar custos unitários superiores à mediana de seus correspondentes de acordo com o Cronograma financeiro.
- 18.6.6.1. Serão admitidos custos unitários superiores à mediana do Cronograma financeiro, desde que o preço global e o de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro do contrato, já computado o percentual de BDI, fique igual ou abaixo do valor calculado a partir do sistema de referência utilizado;
- 18.6.7. Somente em condições especiais, devidamente justificadas em relatório técnico circunstanciado, elaborado por profissional habilitado e aprovado pelo órgão gestor dos recursos ou seu mandatário, poderão os custos das etapas do cronograma físico-financeiro exceder o limite fixado no subitem acima;
- 18.6.8. Apresentar preços unitários ou globais simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;
- 18.6.9. Apresentar preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade, através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato;
- 18.6.9.1. Considera-se manifestamente inexequível a proposta cujo valor global proposto seja inferior a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:
- a. Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, ou
- b. Valor orçado pela Administração.
- 18.6.9.2. Nessa situação, será facultado ao licitante o prazo de 03 dias úteis para comprovar a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, conforme parâmetros do artigo 48, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993, sob pena de desclassificação.
- 18.6.10. Apresentar, na composição de seus preços:
- 18.6.10.1. Taxa de Encargos Sociais ou taxa de BDI inverossímil;
- 18.6.10.2. Custo de insumos em desacordo com os preços de mercado;
- 18.6.10.3. Quantitativos de mão-de-obra, materiais ou equipamentos insuficientes para compor a unidade dos serviços.
- 18.7. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do §3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 18.8. Após a eventual desclassificação das propostas que não atenderem às exigências dos itens acima, as demais propostas serão classificadas em ordem crescente dos preços propostos.
- 18.9. Classificadas as propostas, na hipótese de participação de licitante microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), que faça jus ao tratamento diferenciado, será observado o disposto



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DO BOM JESUS
ADMINISTRAÇÃO 2017 – 2020

nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.204, de 2007:

18.10. A Comissão verificará as propostas classificadas ofertadas por licitantes ME/EPP/que sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta classificada em primeiro lugar, desde que a primeira colocada não seja uma ME/EPP.

18.11. As propostas que se enquadrarem nessa condição serão consideradas empatadas com a primeira colocada e o licitante ME/EPP/ melhor classificado será notificado para, se desejar, apresentar uma nova proposta de preço para desempate, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada.

18.12. A nova proposta de preço deverá ser apresentada de acordo com as regras deste Edital, em sessão pública, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados da intimação do licitante.

18.13. Caso a ME/EPP/ melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, ou não apresente proposta válida, serão convocadas as demais licitantes ME/EPP/ participantes que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, segundo o estabelecido nos subitens anteriores.

18.14. Caso sejam identificadas propostas de licitantes ME/EPP/ empatadas, no referido intervalo de 10% (dez por cento), será realizado sorteio para definir qual das licitantes primeiro poderá apresentar nova oferta, conforme subitens acima.

18.15 Havendo êxito no procedimento, e sendo considerada válida a nova proposta apresentada, a ME/EPP/ assumirá a posição de primeira colocada do certame. Não havendo êxito, ou tendo sido a melhor oferta inicial apresentada por ME/EPP/, ou ainda não existindo ME/EPP/ participante, permanecerá a classificação inicial.

18.16. Após o julgamento e a classificação final das propostas, caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa ou empresa de pequeno porte, que faça jus ao tratamento diferenciado, havendo alguma restrição na comprovação de sua regularidade fiscal, ser-lhe-á assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

18.16.1. A prorrogação do prazo a que se refere o subitem anterior deverá sempre ser concedida pela Administração quando requerida pelo licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho devidamente justificados.

18.16.2. O prazo para a regularização fiscal começará a correr a partir do encerramento da fase de julgamento das propostas, aguardando-se o decurso desse prazo para a abertura do prazo da fase recursal.

18.16.3. A não-regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

18.17. A intimação do resultado final do julgamento das propostas será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

19. DAS PENALIDADES:

19.1 – O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, caracteriza a inadimplência da adjudicatária contratada sujeitando-se às seguintes penalidades, após devido processo administrativo:

a) Advertência



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DO BOM JESUS
ADMINISTRAÇÃO 2017 – 2020

- b) Multa de 10% sobre o valor adjudicado ao licitante.
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por 01 (um) ano.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

20. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

20.1. É facultado aos licitantes, nos termos da legislação vigente a interposição:

20.1.1. Recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata nos casos de:

- a) Habilitação ou inabilitação do licitante;
- b) Julgamento das propostas;
- c) Anulação ou revogação da licitação;
- d) Indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- e) Rescisão do contrato a que se refere p inciso I do art. 78 da Lei nº 8.666/9;
- f) Aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa.

20.1.2. Representação no prazo de 30 (trinta) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

20.1.3. Pedido de reconsideração de decisão do Secretário de Administração, conforme o caso na hipótese do inciso IV do art. 87 do estatuto em vigor, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.

20.2. A intimação dos atos desta LICITAÇÃO será feita de acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

20.3. O recurso previsto na alínea “a” e “b” da cláusula 19.1. terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente, apresentar razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto, eficácia suspensiva aos demais recursos.

20.4. Interposto, o recurso será encaminhado aos licitantes, dentro do prazo de 5 dias, que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

20.5. O recurso será dirigido à Autoridade Superior por intermédio da CPL que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou neste mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informado.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

21.1. Nos preços cotados deverão estar incluídas todas as despesas, tais como:

- a) Tributos
- b) Seguros
- c) Encargos Sociais
- d) Demais encargos existentes

21.2. Poderá a Autoridade Superior revogar a presente LICITAÇÃO no todo ou em parte por conveniência administrativa e interesse público, devidamente justificado, sem que caiba ao licitante direito de indenização, salvo em caso de dano efetivo disso resultante e na forma da lei.

21.3. A Autoridade Superior deverá anular a presente LICITAÇÃO no todo ou em parte sempre que ocorrer ilegalidade de ofício ou por provocação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DO BOM JESUS
ADMINISTRAÇÃO 2017 – 2020

21.3.1. A anulação do procedimento licitatório não dará direito de indenização, salvo nos casos legais.

21.4. As reuniões de abertura dos envelopes serão sempre públicas e de prévia ciência dos licitantes.

21.5. A Comissão de Licitação reserva-se o direito de realizar o julgamento das propostas reservadamente ou em público.

21.6. Será facultado à Comissão de Licitação ou à Autoridade Superior em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar a decisão.

21.7. É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela após encerrada a reunião da abertura dos envelopes nº 02 – PROPOSTA.

21.8. Havendo desistência por parte da licitante após o encerramento da reunião de abertura, se sujeitará este às penalidades previstas neste Edital.

21.9. Decairá do direito de impugnar os termos deste EDITAL DE LICITAÇÃO, perante à Administração, o licitante que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil que anteceder à abertura dos Envelopes PROPOSTAS DE PREÇOS (B), não tendo efeito de recurso nenhuma comunicação de falhas ou irregularidades que viciariam o Edital.

22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

22.1. Os casos omissos neste EDITAL DE LICITAÇÃO serão solucionados pela Comissão de Licitação, com base na legislação federal e princípios gerais de direito.

22.2. Será competente o foro da Comarca de Cambuí/MG, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para solução de questões oriundas desta LICITAÇÃO.

Córrego do Bom Jesus, 22 de agosto de 2018.

Taís de Fátima Pereira
Presidente da Comissão Permanente de Licitação



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DO BOM JESUS
ADMINISTRAÇÃO 2017 – 2020

ANEXO I

CIÊNCIA DO INTEIRO TEOR DO EDITAL

Processo Licitatório nº. 222/2018
Tomada de Preços nº. 001/2018

OBJETO DA LICITAÇÃO

1. FINALIDADE:

1.1. A finalidade deste ANEXO é preconizar as condições, independentemente de outras exigências integrantes deste EDITAL, para ensejar a contratação de empresa especializada em obras/construção.

2. DESCRIÇÃO DO OBJETO:

3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo órgão licitante, atendendo as reclamações, durante todo o período de garantia da obra/construção.

4. GARANTIA PARA EXECUÇÃO CONTRATUAL (CAUÇÃO):

4.1. A garantia à execução desta licitação será de 5% do valor do Contrato, com observância das previsões contidas no EDITAL.

_____, ____ de _____ de 2018

REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE
CPF:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DO BOM JESUS
ADMINISTRAÇÃO 2017 – 2020

ANEXO II

Processo Licitatório nº. 222/2018
Tomada de Preços nº. 001/2018

PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

Por este instrumento particular de Procuração, a empresa _____, com sede à _____, nº _____, bairro _____, em _____/_____, inscrita no CNPJ/MF sob n.º _____ e Inscrição Estadual sob n.º _____, representada neste ato por seu(s) outorgante(s), Sr(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade n.º _____ e CPF n.º _____, nomeia(m) e constitui(em) seu bastante Procurador o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade n.º _____ e CPF n.º _____, a quem confere(imos) amplos poderes para representar a empresa _____ perante a Prefeitura Municipal de CÓRREGO DO BOM JESUS/MG, no que se referir à LICITAÇÃO/MODALIDADE _____ Nº _____/2018, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases da LICITAÇÃO, inclusive apresentar, os envelopes de DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (A) PROPOSTA DE PREÇOS (B) em nome da Outorgante, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final de cada fase da licitação, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final de cada fase da licitação, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pela CPL, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da Outorgante.

A presente Procuração é válida até o dia ____/____/_____.

_____, ____ de _____ de 2018

REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE
CPF:

OBS.: Em se tratando de procuração particular, deve ter firma reconhecida em Cartório de Notas



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DO BOM JESUS
ADMINISTRAÇÃO 2017 – 2020

MODELO ANEXO III

Processo Licitatório nº. 222/2018
Tomada de Preços nº. 001/2018

DECLARAÇÕES

Ao Município de Córrego do Bom Jesus/MG
Sr. Presidente da Comissão de Licitação,

A empresa _____ inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA :

- **QUE TOMOU CONHECIMENTO DE TODAS AS INFORMAÇÕES** e condições para o cumprimento das obrigações do objeto deste certame e concorda com o teor do EDITAL.
- **QUE CUMPRE O DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL** e disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.
- **A INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO DE LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO**, sob as penas da lei, que não está sujeita a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração Pública ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores
- **A INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE** sob as penas da lei, a INEXISTÊNCIA de fatos supervenientes, que impossibilitem sua habilitação na TOMADA DE PREÇOS nº ____/ 20____, pois que continuam satisfeitas as exigências previstas no art. 27 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

_____, ____ de _____ de 2018

REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE
CPF:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DO BOM JESUS
ADMINISTRAÇÃO 2017 – 2020

ANEXO IV

Processo Licitatório nº. 222/2018
Tomada de Preços nº. 001/2018

**DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE DISPENSA O PRAZO RECURSAL NA FASE
DE HABILITAÇÃO (em mãos) E CLASSIFICAÇÃO (em mãos)**

Ao Município de Córrego do Bom Jesus/MG

Pela presente, declaro(amos) que, nos termos do art. 43, III, da Lei n.º 8.666/93, a empresa _____, por seu representante legal, manifesta plenamente pela NÃO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO nas fases de habilitação e classificação da licitação acima identificada, cujo objeto é _____.

_____, ____ de _____ de 2018

REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE
CPF:

OBS: Caso não haja interesse na interposição de Recurso, deverá ser utilizado este anexo, lembrando que não se trata de documento obrigatório.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DO BOM JESUS
ADMINISTRAÇÃO 2017 – 2020

ANEXO V

Processo Licitatório nº. 222/2018

Tomada de Preços nº. 001/2018

Contrato nº. ____/2018

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE CÓRREGO DO BOM JESUS E DE OUTRO LADO A EMPRESA _____, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NOS TERMOS DAS CLÁUSULAS SEGUINTE:

CLÁUSULA PRIMEIRA – PARTES

PELO PRESENTE INSTRUMENTO PARTICULAR DE SERVIÇOS, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE CÓRREGO DO BOM JESUS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº. 18.677.633/0001-02, COM SEDE NA RUA DOZE DE DEZEMBRO, Nº 347 NESTA CIDADE DE CÓRREGO DO BOM JESUS, NESTE ATO, REPRESENTADA PELA SUA PREFEITA MUNICIPAL, SR.^a ELIANA DE FÁTIMA ALVES E SILVA, ORA EM DIANTE DENOMINADA SIMPLEMENTE DE CONTRATANTE, E DE OUTRO LADO A EMPRESA _____, ESTABELECIDADA NA _____, Nº _____, CENTRO, NA CIDADE DE _____/_____, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O Nº _____, NESTE ATO REPRESENTADA PELO SR. _____, PORTADOR DO CPF. _____, DE ORA EM DIANTE DENOMINADA SIMPLEMENTE DE CONTRATADO, CELEBRAM ENTRE SI, UM CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE OBRA DE ENGENHARIA, TODO EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES, E AINDA NOS TERMOS DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR:

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1. O presente contrato tem por finalidade a execução de obra de engenharia de pavimentação em bloquete em trechos das estradas vicinais que ligam a sede do município aos Bairros Rurais Vargem da Penha e Campos do Raposo. CÓRREGO DO BOM JESUS/MG, Convênio nº 1491000259/2017 com a Secretaria de Estado de Minas Gerais – SEGOV – MG. As especificações dos serviços, memorial descritivo, memorial de cálculo de quantitativos, cronograma físico/financeiro e projetos estão em anexos a este Contrato.

2.2. O proponente deverá dispor de mão de obra qualificada e suficiente para a execução dos serviços objeto do presente edital. Possuir equipamentos e ferramentas necessários para a realização dos serviços, sem que coloque em risco a segurança dos funcionários e da população de modo geral.

2.3. No valor estão incluídas todas as despesas necessárias para a execução do objeto deste Contrato, incluindo, despesas com transporte, encargos de natureza trabalhista, previdenciária, social, tributária e outras, bem como impostos, taxas, tributos incidentes ou que venham a incidir sobre a totalidade dos serviços deste Contrato, estando incluso também os gastos com o motorista, combustível e a manutenção de veículos/equipamentos necessários para a execução dos serviços.

2.4 O Contratado deverá obrigatoriamente, obedecer aos seguintes requisitos:

- a) O Contratado deverá estar cadastrado como fornecedor junto ao Departamento de Cadastro desta Prefeitura.
- b) As Notas Fiscais deverão ser emitidas eletronicamente;
- c) A Contratada deverá dar garantia mínima da obra de 36 (trinta e seis) meses;
- d) Possuir Conta Corrente em agência bancária, em razão de que os pagamentos serão efetuados mediante transferência bancária.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DO BOM JESUS
ADMINISTRAÇÃO 2017 – 2020

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR DO CONTRATO

3.1 – O valor dos serviços contratados, a preço global é de R\$_____ (_____)

CLÁUSULA QUARTA– PAGAMENTO

4.1 – Será realizado o pagamento por medição mensal, no ultimo dia útil de cada mês e o pagamento será feito em até 30 (trinta) dias após entrega da documentação fiscal no órgão competente do Município de Córrego do Bom Jesus, com aprovação da Administração.

4.1.1 - Em caso de irregularidade(s) no(s) item(ns) do(s) objeto(s) entregue(s) e/ou na documentação fiscal, o prazo de pagamento será contado a partir da(s) correspondentes(s) regularização(ões).

4.1.2 - Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE DE PREÇOS

5.1 – Os preços serão irrevogáveis.

5.2 – A proponente contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, que poderão ultrapassar o limite indicado.

CLÁUSULA SEXTA – PRAZO DE EXECUÇÃO

6.1 – A execução dos serviços deverá ser em até 05 (cinco) meses, conforme cronograma físico/financeiro, emitido pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

CLÁUSULA SETIMA – DOTAÇÃO

7.1 – As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão à conta das seguintes dotações:

02 07 15 451 0006 1.009 4490 51 – 0170

02 07 15 451 0006 1.009 4490 51 – 0265

CLAUSULA OITAVA – CAUÇÃO

8.5.1. A garantia será de 5% do valor do Contrato e poderá ser prestada em qualquer das modalidades previstas no § 1º, art. 56 da Lei 8.666/93.

8.5.2. Homologada a licitação, a empresa a qual couber a adjudicação da obra licitada, será convocada para, no prazo máximo de 24 horas, prestar garantia à execução e firmar o Contrato específico.

8.5.3. À recusa de prestar garantia à execução ou de assinar o Contrato, implicará na automática suspensão do seu direito de licitar com o Município de Córrego do Bom Jesus com a Prefeitura Municipal de Córrego do Bom Jesus pelo prazo de 01 ano.

8.5.4. A garantia prestada responderá pelas multas aplicadas à Contratada, podendo ser retida para satisfação de perdas e danos resultantes de inadimplemento ou de ação ou emissão, dolosa ou culposa, da Contratada no curso da vigência do Contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DO BOM JESUS
ADMINISTRAÇÃO 2017 – 2020

8.5.5. Não ocorrendo o disposto no item anterior, a garantia será liberada ou substituída após a execução do Contrato.

CLAUSULA NONA– DO CONTRATO

9.1 – O contrato firmado com a licitante adjudicatária incluirá as condições estabelecidas neste instrumento convocatório e seus anexos, e outras necessárias a fiel execução do objeto da licitação, observando os termos da Lei nº8.666/93.

9.2 - O adjudicatário deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação para assinar o contrato.

9.3 – Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato da assinatura do contrato, ou recuse-se a assiná-lo, será desclassificado.

9.4 – O representante legal da empresa deverá assinar o contrato, quando convocado, sob penas das sanções legais previstas neste edital, na Lei 8.666/93.

9.5 – O contrato celebrado não poderá ser objeto de sessão, transferência ou subcontratação sem autorização do contratante por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão.

9.6 – O contrato deverá ter vigência 05 (cinco) meses a partir da data de sua assinatura, sem prejuízo dos acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento) ou supressões previstos nos §§ 1º e 2º do artigo 65 da Lei Federal 8.666/93, quando justificável a necessidade, nos termos da Lei.

9.7- Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a assinatura do contrato, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

9.8- Constituem Obrigações da CONTRATADA:

9.8.1 - Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações expressamente previstas neste Instrumento e de outras decorrentes da natureza dos serviços a serem prestados;

9.8.2 - Manter, durante a execução deste Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação com o Serviço Público, de conformidade com a Lei Federal nº. 8666/93;

9.8.3- Assumir todas as despesas e encargos de qualquer natureza com o pessoal necessário ao atendimento do objeto do presente Instrumento, inclusive assumindo a responsabilidade pelo atendimento de encargos de natureza trabalhista, previdenciária, tributária, comercial e, inclusive, de acidente de trabalho relativo à mão de obra utilizada;

9.8.4- Zelar e garantir a boa qualidade do fornecimento, em consonância com os parâmetros de qualidade fixados e exigidos pelas normas técnicas pertinentes, expedidas pelo Poder Público;

9.8.5- Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier causar à CONTRATANTE ou terceiros, tendo como agente a CONTRATADA, na pessoa de prepostos ou estranhos;

9.8.6- Tomar todas as providências e assumir as obrigações estabelecidas na legislação específica de Segurança e Medicina do Trabalho, quando da ocorrência de ato infortuito, forem vítimas os seus empregados no desempenho do serviço.

9.8.7- Responsabilizar-se por todos os tributos, taxas e impostos devidos em decorrência da prestação dos serviços contratados;

9.8.8- Não sub-contratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, as responsabilidades advindas deste Contrato. A fusão, cisão ou incorporação só serão admitidas com consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE, desde que não afetem a boa execução do presente Instrumento;

9.8.9- Garantir a boa qualidade dos produtos, respondendo por qualquer falha, procedendo à regularização sempre que necessária.

9.9 - Constituem Obrigações do CONTRATANTE:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DO BOM JESUS
ADMINISTRAÇÃO 2017 – 2020

- 9.9.1 - Efetuar o pagamento em conformidade com os critérios definidos neste edital;
9.9.2 - Notificar a CONTRATADA, fixando prazo para correção das irregularidades ou defeitos encontrados;
9.9.3 - Dar aceite na Nota Fiscal de fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 – O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, caracteriza a inadimplência da adjudicatária contratada sujeitando-se às seguintes penalidades, após devido processo administrativo:

- e) Advertência
- f) Multa de 10% sobre o valor adjudicado ao licitante.
- g) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por 01 (hum) ano.
- h) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA RESCISÃO DO CONTRATO

11.1 - O contrato poderá ser rescindido em decorrência dos motivos previstos no art. 78, da Lei 8.666/93, na forma determinada no art. 79 e 80 da mesma lei.

11.2 – Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurada a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

11.3 – No caso de rescisão do contrato, e não sendo devida nenhuma indenização ou reparação pela contratada, a contratante responderá pelo preço dos serviços devidos em face dos trabalhos efetivamente executados, até a data da efetiva rescisão. Em igual situação, a contratada deverá restituir à contratada toda e qualquer quantia que lhe tenha sido, eventualmente, adiantada, por conta de serviços ainda não prestados.

11.4 - Operar-se-á de pleno direito à rescisão deste Contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das penalidades previstas na Cláusula décima primeira, quando ocorrerem as hipóteses enumeradas no art. 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – REGIME LEGAL E CLÁUSULAS COMPLEMENTARES

12.1 – O presente contrato rege-se, basicamente, pelo Processo Licitatório nº. 222/2018, Tomada de Preços nº. 001/2018, e pelas normas consubstanciadas na Lei Federal Nº 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– FORO

13 – As partes contratantes elegem, para solução judicial de qualquer questão oriunda do presente Contrato, o foro da Comarca de Cambuí/MG.

E, por estarem assim ajustadas e concordes, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, data que produz os efeitos legais, na presença de duas testemunhas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DO BOM JESUS
ADMINISTRAÇÃO 2017 – 2020

CÓRREGO DO BOM JESUS/MG, ____ de _____ de 2018.

Município de Córrego do Bom Jesus - Contratante
Eliana de Fátima Alves e Silva
Prefeita

Contratada

TESTEMUNHAS:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DO BOM JESUS
ADMINISTRAÇÃO 2017 – 2020

ANEXO VI
MEMORIAL DESCRITIVO

OBRA: Pavimentação de Vias Públicas
END: Estrada Municipal Bairro Vargem da Penha e Campos do Raposo – Córrego do Bom Jesus/MG.
PROP.: Município de Córrego do Bom Jesus
ART: 4036564

DESCRIÇÃO DA OBRA:

Execução de 3.892,80 m² de calçamento em blocos hexagonais de concreto E= 8 cm, 1.404,00 m de meio fio e sarjeta (15x30) cm em concreto moldado in loco, sendo 1.200,00 m, serem executados a cargo da Prefeitura.

SERVIÇOS PRELIMINARES:

Inicialmente será executada a regularização do subleito com proctor normal. Serão regularizados 4.314,00 m², sendo 3.600,00 m², serem executados a cargo da Prefeitura. As estradas terão 6,00; e 7,00 metros de largura para blocos hexagonais de concreto E= 8 cm.

CALÇAMENTO E MEIO FIO:

Será aberta a vala para a execução do meio fio de concreto. O meio-fio terá as seguintes dimensões: de 12 cm na face superior, 15 cm na face inferior, 30 cm de altura e 1.404,00 m de comprimento. A execução será nas duas laterais das estradas.

Ao lado do meio fio será executada a sarjeta em concreto estrutural com 30 cm de largura e 8 cm de espessura. A captação das águas pluviais será apenas pela sarjeta, não havendo a necessidade de assentamento de tubos de concreto devido à topografia da estrada e pelo volume de água.

Será colocado o colchão de areia na espessura de 6 cm e posteriormente serão assentados os blocos hexagonais de concreto, espessura de 8 cm e concreto FCK 35MPA. O assentamento deverá seguir o projeto básico, que indica caimento de 3% para as laterais para a captação de águas pluviais.

O rebaixo para acesso de deficientes seguirá as normas da ABNT NBR 9050.

Ao final do calçamento será executado em concreto o travamento dos blocos evitando que eles se soltem em caso de chuvas fortes.

Córrego do Bom Jesus (MG), 22 de agosto de 2018.

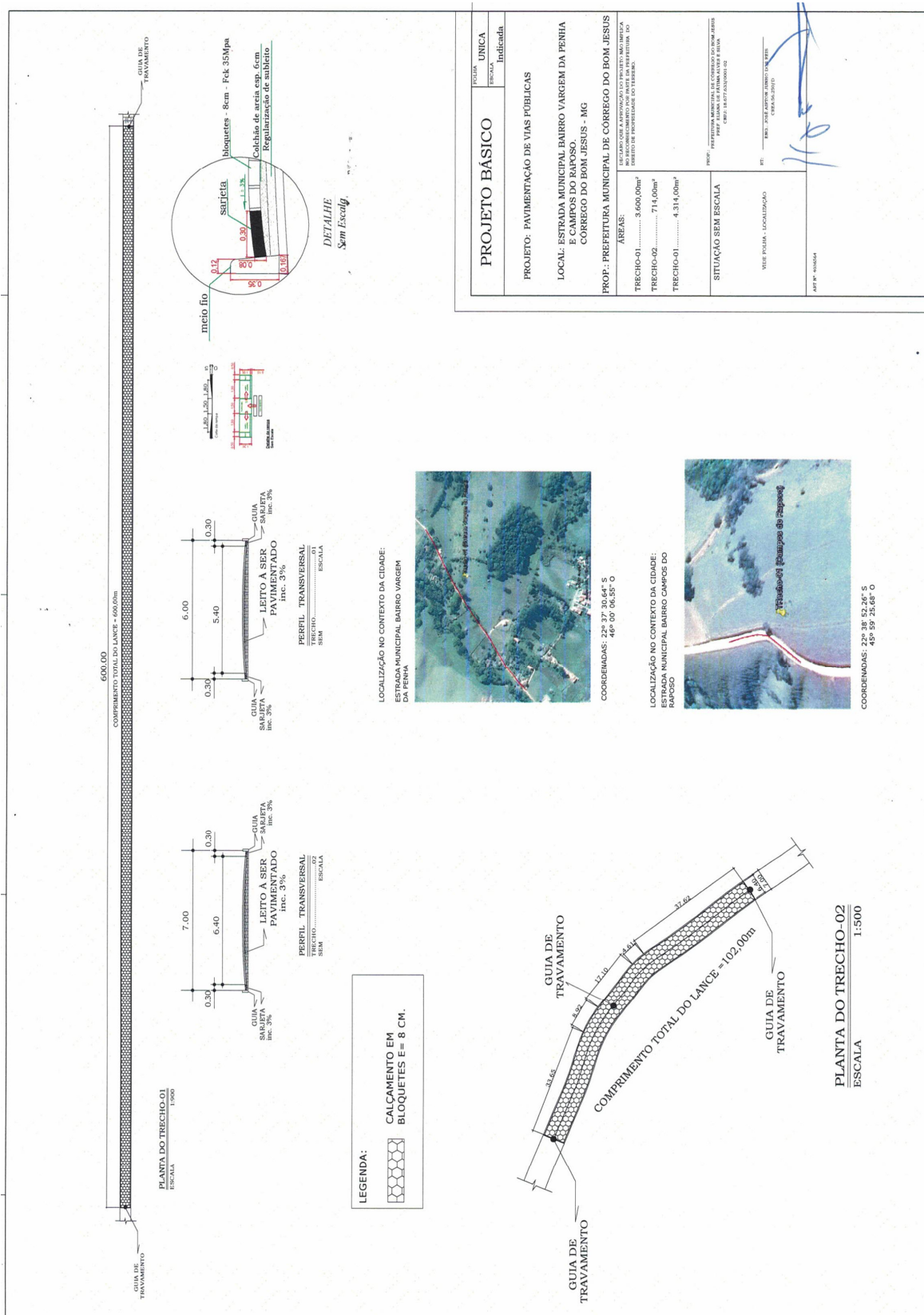
Elzio José de Alencar
Eng.º Civil CREA: 038.165/D



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DO BOM JESUS

ADMINISTRAÇÃO 2017 – 2020


ANEXO VII PROJETO BÁSICO





PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DO BOM JESUS
ADMINISTRAÇÃO 2017 – 2020

ANEXO VIII
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ELABORADA PELO ÓRGÃO

 ESTADO DE MINAS GERAIS Secretaria de Estado de Governo Superintendência de Projetos da SUBSEAM Diretoria de Apoio Técnico							
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CUSTOS							
PREFEITURA: MUNICÍPIO DE CÓRREGO DO BOM JESUS - MG					FOLHA Nº: 01/01		
OBRA: Pavimentação de Vias Públicas					DATA: 22/08/2018		
LOCAL: Estrada Municipal Bairro Vargem da Penha e Campos do Raposo				FORMA DE EXECUÇÃO:			
REFERENCIA: SETOP/MG - SUL-JULHO/2017 C/ DESONERAÇÃO FISCAL				() DIRETA		(X) INDIRETA	
ISS: 3,0 %							
PRAZO DE EXECUÇÃO: 04 MESES				ART: 4036564		LDI: 29,04%	
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO S/ LDI	PREÇO UNITÁRIO C/ LDI	PREÇO TOTAL
1		INSTALAÇÕES INICIAIS DA OBRA					
1.1	IIO-PLA-005	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE PLACA DE OBRA EM CHAPA GALVANIZADA (3,00 X 1,50 M), CONFORME MANUAL DE IDENTIDADE VISUAL DO GOVERNO DE MINAS	unid	1,00	1.075,83	1.388,25	1.388,25
					SUBTOTAL		R\$ 1.388,25
2		CALÇAMENTO VARGEM DA PENHA					
2.1	OBR-VIA-125	REGULARIZAÇÃO DO SUBLEITO COM PROCTOR NORMAL	m²	3.600,00	A Cargo da Prefeitura		
2.2	DRE-SAR-020	MEIO-FIO E SARJETA (15 X 30) CM, MOLDADO IN LOCO CONCRETO FCK = 15 MPA	m	1.200,00	A Cargo da Prefeitura		
2.3	OBR-VIA-215	EXECUÇÃO DE CALÇAMENTO EM BLOQUETE - E = 8 CM - FCK = 35 MPA, INCLUINDO FORNECIMENTO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS, COLCHÃO DE ASSENTAMENTO E = 6 CM	m²	3.240,00	45,38	58,56	189.734,40
					SUBTOTAL		R\$ 189.734,40
3		CALÇAMENTO CAMPOS DO RAPOSO					
3.1	OBR-VIA-125	REGULARIZAÇÃO DO SUBLEITO COM PROCTOR NORMAL	m²	714,00	0,80	1,03	735,42
3.2	DRE-SAR-020	MEIO-FIO E SARJETA (15 X 30) CM, MOLDADO IN LOCO CONCRETO FCK = 15 MPA	m	204,00	60,90	78,59	16.032,36
3.3	URB-MFC-005	MEIO-FIO DE CONCRETO PRÉ-MOLDADO TIPO A - (12 X 16,7 X 35) CM, INCLUSIVE ESCAVAÇÃO E REATERRO (TRAVAMENTO)	m	130,00	38,76	50,02	6.502,60
3.4	OBR-VIA-215	EXECUÇÃO DE CALÇAMENTO EM BLOQUETE - E = 8 CM - FCK = 35 MPA, INCLUINDO FORNECIMENTO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS, COLCHÃO DE ASSENTAMENTO E = 6 CM	m²	652,80	45,38	58,56	38.227,97
					SUBTOTAL		R\$ 61.498,35
					TOTAL GERAL DA OBRA		R\$ 252.621,00
 Elzío José de Alencar - CREA/ MG : 38.165/D Eliana de Fátima Alves e Silva - Prefeita Municipal							



ANEXO IX

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Governo
Superintendência de Projetos da SUBSEAM
Diretoria de Apoio Técnico

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

PREFEITURA: MUNICÍPIO DE CÔRREGO DO BOM JESUS		VALOR DO CONVÊNIO: R\$ 250.000,00										DATA: 22/08/2018			
OBRA: PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS		LOCAL: ESTRADA MUNICIPAL DAIRRO VARGEM DA PENHA E CAMPOS DO RAPOSO													
ITEM	ETAPAS/DESCRIÇÃO	FÍSICO/FINANCEIRO	TOTAL ETAPAS	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6						
1	SERVIÇOS INICIAIS DA OBRA	Físico %	0,55%	100,00%											
		Financeiro R\$	1.388,75	R\$ 1.388,75											
2	CAIÇAMFITO VARGEM DA PENHA	Físico %	75,11%	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%								
		Financeiro R\$	189.734,40	R\$ 47.433,60	R\$ 47.433,60	R\$ 47.433,60	R\$ 47.433,60	R\$ 47.433,60							
3	CAIÇAMFITO CAMPOS DO RAPOSO	Físico %	24,34%	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%								
		Financeiro R\$	61.408,35	R\$ 15.374,50	R\$ 15.374,50	R\$ 15.374,50	R\$ 15.374,50								
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													
		Financeiro													
		Físico %													



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DO BOM JESUS
ADMINISTRAÇÃO 2017 – 2020

ANEXO X

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Córrego do Bom Jesus, ____ de _____ de 2018.

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DO BOM JESUS

CÓRREGO DO BOM JESUS - MG

Ref.: TOMADA DE PREÇOS n° 001/2018

Atestamos que a empresa _____,
inscrita no CNPJ sob o número _____, através de seu responsável,
devidamente credenciado, o Sr. _____,
CPF: _____, participou da visita técnica em atendimento ao disposto na
TOMADA DE PREÇOS n.º TP 001/2018.

Alan Jorge Ribeiro de Alvarenga
Secretário Municipal de Obras



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DO BOM JESUS
ADMINISTRAÇÃO 2017 – 2020

ANEXO XI
PROPOSTA COMERCIAL

Córrego do Bom Jesus, _____ de _____ de 2018.

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DO BOM JESUS

CÓRREGO DO BOM JESUS - MG

Ref.: TOMADA DE PREÇOS nº 001/2018

Após analisarmos o Edital, e termos pleno conhecimento de seu conteúdo, propomos executar, sob nossa responsabilidade, pelo regime de empreitada global, no valor a seguir:

Item 1

Execução de obra de engenharia de pavimentação em bloquete em trechos da estrada vicinal que liga a sede do município ao Bairro Rural Vargem da Penha:

R\$ _____ (Valor por extenso)

Item 2

Execução de obra de engenharia de pavimentação em bloquete em trechos da estrada vicinal que liga a sede do município ao Bairro Rural Campos dos Raposos:

R\$ _____ (Valor por extenso)

Valor Global: R\$ _____ (Valor por extenso)

O prazo máximo para execução da obra é de (.....) dias corridos a partir da ordem de serviço.

Anexo: Proposta (planilhas de quantidades e custo) e cronograma (físico financeiro).

A presente proposta é válida pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a partir desta data.

Assinatura do Representante Legal

CPF

(Papel Timbrado da Licitante)